

DESA
5/3/98
33

A-3

As enchentes do Ribeira

Apenas seis meses depois de conseguir recuperar-se da maior enchente do século – que deixou 20 mil flagelados –, as cidades do Vale do Ribeira são novamente, uma a uma, cobertas pelas águas do Rio Ribeira de Iguape. Os municípios de Eldorado, Registro, Ribeira, Iporanga e Juruá foram os que mais sofreram. No Vale, cerca de 5 mil pessoas foram expulsas de casa pelas águas e das suas lavou- ras pouco restou.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Registro e Região calcula que 11 mil hectares do total dos 44 mil plantados estão alagados. São pelo me-

nos 16 milhões de pés de banana, 25% da produção agrícola local, submersos, representando um prejuízo de cerca de R\$ 50 milhões. As cidades do Vale do Ribeira, como se sabe, estão numa das regiões mais pobres do Estado de São Paulo.

Arrasados pelas águas, além dos prejuízos na agricultura, principal atividade econômica da região, os municípios perdem o pouco que têm no setor de turismo. Grandes trechos das estradas estão bloqueados por barreiras e deslizamentos, e a infra-estrutura de cidades como Iguape está comprometida. Em 6 das 20 cidades atingidas pela cheia do Rio Ribeira, os prefeitos decretaram estado de calamidade pública.

A natureza sempre foi inclemente com o Vale do Ribeira. O índice pluviométrico da região é comparável ao da Amazônia e, conforme antigos registros, a periodicidade das cheias do Rio Ribeira de Iguape é característica do vale. O crescimento das cidades, no entanto, só fez aumentar a intensidade dos prejuízos trazidos pelas águas no verão. Embora o volume de chuvas se tenha reduzido a partir da década dos 60 no sul do Estado, as cheias têm sido cada vez mais catastróficas. A ra-

zão disso está na ocupação mal planejada da várzea do Rio Ribeira de Iguape e de seus afluentes. O desmatamento das encostas tem provocado o assoreamento das barragens e dos cursos de água existentes. Livre de vegetação, a água corre rapidamente, carregando a lama e reduzindo a vazão dos leitos. Os prefeitos da região que- rem a construção urgente de uma barragem em Iporanga, cu- jo projeto foi embargado há um

ano pelo governo estadual, que se negou a conceder a autorização para a obra por questões ambientais.

Sucedem que a falta de ação das autoridades esta-

duais na região também é uma “questão ambiental”. As cheias, hoje, não podem mais ser ignoradas, pois atingem bairros inteiros ou zonas rurais importantes para a sobrevivência de grande parte das populações ribeirinhas. A atuação do governo do Estado no vale em épocas de cheias se limita a dois serviços, basicamente: o trabalho de monitoramento do volume das águas do rio, que serve de orientação antecipada às prefeituras, e o auxílio no resgate dos flagelados.

É preciso, no entanto, ter políticas que minorem os efeitos dessas cheias. Uma medida urgente é o desassoreamento dos leitos dos rios. Depois, aproveitar a experiência de outros países, como os Estados Unidos, onde as várzeas de grandes rios são habitadas – sem dúvida, oferecendo riscos para seus moradores, mas não todos os anos, como no Vale do Ribeira. O custo de obras de prevenção certamente será compensado em pouco tempo, se comparado aos investimentos necessários à recuperação da infra-estrutura de dezenas de cidades, de moradias e rodovias a cada seis meses. Sem falar no que os lavradores perdem.

Barragem pode evitar que, a cada ano, a região mais pobre do Estado perca o pouco que tem